



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

2ª ETAPA – Março/2003

ÁREA: DIREITO CIVIL/PROCESSO CIVIL

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1. Este caderno contém a Prova Prático-profissional, composta de duas partes:

• 1ª parte: Redação de peça profissional.

Valor: 5,0 (cinco) pontos.

• 2ª parte: Resposta a 3 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01: 1,0 (um) ponto.

Questão 02: 2,0 (dois) pontos.

Questão 03: 2,0 (dois) pontos.

2. Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, A **TINTA** — azul ou preta —, nas folhas pautadas anexas.

3. NÃO SE IDENTIFIQUE — COM O NOME OU O NÚMERO DA OAB — EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTES CADERNOS NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTAS.

A prova que apresentar qualquer sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação do candidato será anulada e a ela se atribuirá a nota 0 (zero).

4. Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Área: Direito Civil

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

MARISMAR LIMA Suzana Ribeiro procura o advogado. Informa-lhe ser casada como Rodrigo Ribeiro, desde 15 de junho de 1988, e que o casal tem 2 (dois) filhos — Paulo Márcio Ribeiro, com 12 (doze) anos de idade e Marcela Flávia Ribeiro, com 8 (oito) anos de idade — e não possui bens de qualquer natureza.

Relata a cliente, então, que o marido saiu de casa em 21 de março de 2002 e está morando com outra mulher. Afirma ela, porém, que não pensa em separação, por enquanto, pois está convencida de que seu marido vive um namoro passageiro e que é muito provável a reconstituição da vida conjugal. Entretanto solicita os serviços profissionais do advogado no sentido de resolver problema dela ligado à premente necessidade de dinheiro para o próprio sustento e o de seus filhos, acrescentando que o marido parou de lhe mandar dinheiro há 3 (três) semanas.

Esclarece, ainda, que exerce a profissão de empregada doméstica, ganhando um salário mínimo por mês, e que seu marido é funcionário do Departamento de Estradas e Rodagem DER e recebe a remuneração mensal de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais).

Com base no exposto, **REDIJA** a *petição inicial* adequada ao caso, usando os dados apresentados e criando outros, se necessário.

brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado em Belo Horizonte, na Rua Campo Belo, nº 45, apart. 103, bairro São Pedro, CPF nº 333.444.555-68, é proprietário de um sítio, com 2.000 m², situado na Rua das Acácias, nº 45, no Condomínio “Descanso do Guerreiro”, na Comarca de Brumadinho/MG, onde passa os fins de semana com a família.

Retornando, no entanto, de férias no exterior, MARISMAR tomou conhecimento de que FELICIANO ROSA, brasileiro, casado, autônomo, CPF nº 222.333.444-56, aproveitou

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

~~tando pela sua ausência e, ainda, da falta do caseiro, que se encontrava hospitalizado, invadido em 25 de janeiro de 2003, e nele vem construindo uma enorme pocilga.~~

~~Constatando o exposto, PRISOMIA, em favor de MARISAPR SILVA, a competente ação para que este possa **urgentemente** recuperar o sítio em questão.~~



Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado
- Formatado

Área: Direito Civil

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

~~— NATALÍCIO NASCIMENTO ~~José Martins~~ procura o advogado e informa-lhe ter sido vendido o imóvel do qual é locatário, sem seu conhecimento, e alega que tinha interesse em adquiri-lo.~~

~~O cliente pergunta, então, se, nesse caso, há direito seu que tenha sido ofendido. deixou de pagar as mensalidades da Taxa de Condomínio vencidas em 20 de dezembro de 2002 e em 20 de janeiro de 2003, no valor de R\$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais)~~

- Formatado
- Formatado



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

~~cada mês. Quando foi pagar essas mensalidades, foi informado de que os valores correspondentes foram acrescidos de multa de 25% (vinte e cinco por cento) pelo atraso. Inconformado com essa multa, NATALÍCIO procura um Advogado e solicita-lhe orientação.~~

Com base no exposto, RESPONDA:

É procedente a cobrança dessa multa?

Formatado

Se a questão for revestida de controvérsia doutrinária e/ou jurisprudencial, DEMONSTRE as soluções possíveis e JUSTIFIQUE a posição que, no caso, você assumiria.

RESPONDA: Qual é a orientação cabível ao caso?

FUNDAMENTE sua resposta com o dispositivo legal atinente a orientação cabível ao caso.

Questão 02

Em uma dada noite, Pedro, zeloso pai de família, empresta seu veículo ao filho João, de 22 (vinte e dois) anos, igualmente prudente e que jamais se envolveu em acidente de trânsito.

Formatado

Formatado

Formatado

Contudo, dirigindo o veículo, sozinho, involuntariamente, João atropela um trausente. Este, tão logo recebe alta do hospital, ingressa com uma ação de indenização em face do Pedro. processo de conhecimento, o Juiz, em manifesto equívoco, indeferiu liminarmente a petição inicial de RIVALDO GOMES, por entender que seu pedido era juridicamente impossível, intimando as partes da decisão.

Formatado

Formatado

No dia seguinte, independentemente de recurso ou pedido do autor, o mesmo Juiz reconsiderou o próprio ato, determinando o processamento regular do feito, porquanto possível juridicamente o pedido.

Com base no exposto, RESPONDA:

Agiu CORRETAMENTE o Juiz?

Formatado

JUSTIFIQUE sua resposta, fundamentando-a.

Formatado

Formatado

RESPONDA: Pedro pode ser responsabilizado civicamente pelo acidente?

Formatado

FUNDAMENTE sua resposta.



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Questão 03

~~Antônio vende um imóvel rural para Sílvio, cujo preço é representado por seis notas promissórias no valor de R\$ 10.000,00 cada uma, com vencimentos sucessivos a partir de 15 de julho de 1996, conforme devidamente consta da escritura pública de compra e venda.~~

~~Nesse caso, deixando Sílvio de efetuar o pagamento de três notas promissórias, pode Antônio desfazer a venda considerando-se o caráter *pro soluto* das cambiais emitidas?~~

~~O Tribunal de Alçada, apreciando recurso de apelação, rejeitou, à unanimidade, preliminar de cerceamento de defesa. Quanto ao mérito, confirmou, por maioria, a sentença que julgou improcedente o pedido inicial.~~

~~O apelante alegara, nas razões recursais, cerceamento de defesa e negativa de vigência aos dispositivos do Código de Processo Civil e da Constituição Federal que asseguram aos litigantes, em processo judicial, o direito à ampla defesa e ao contraditório, pois o Juiz monocrático julgou antecipadamente a lide quando havia requerimento expresso de produção de provas pericial e testemunhal imprescindíveis para o desate da lide. Ou seja, sustentou que o litígio não comportava o julgamento antecipado diante da necessidade de ampla instrução probatória.~~

~~A decisão colegiada abordou expressamente a questão, rejeitando a tese de ofensa a dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.~~

~~O cliente, não concordando com a decisão desfavorável, procura um Advogado e solicita-lhe que recorra.~~

Com base no exposto, **RESPONDA:**

QUAL é, nesse caso, o recurso cabível?

FUNDAMENTE sua resposta.

RESPONDA: Como advogado de Antônio, que solução daria ao caso?

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

~~FUNDAMENTE sua resposta.~~



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Comercial

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

~~— A e B constituem uma sociedade por cotas, de responsabilidade limitada. O contingente de A no capital social é de 90%. Durante toda a duração da sociedade, o sócio A exerceu a gerência.~~

~~A referida sociedade veio a ser dissolvida regularmente.~~

~~A Fazenda Pública, em executivo fiscal, com base nos arts. 134, VII, e 135, III, do Código Tributário nacional, promove a penhora de bens particulares de A e B.~~

~~Com base no exposto, **ELABORE** a defesa de B.~~



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Comercial

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão-01

~~DISTINGA~~, explicando cada objeto:

- A) ~~Capital social.~~
- B) ~~Patrimônio social.~~

Questão-02

~~DISTINGA~~, explicando cada objeto:

- A) ~~Patente.~~
- B) ~~Marca.~~

~~RESPONDA~~: O registro de ambos é ***obrigatório?***

~~JUSTIFIQUE~~ sua resposta.

Questão-03

~~RESPONDA~~: As fundações e as sociedades civis que tenham por objeto a ***prestação de serviços*** podem emitir duplicada de prestação?

~~JUSTIFIQUE~~ sua resposta.

Formatados: Marcadores e numeração



Questão 04

~~RESPOSTA: A quebra de qualquer dos sócios importa na dissolução da sociedade de que faz parte.~~

Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Questão 05

~~RESPOSTA: Que obrigações dos devedores são alcançadas pela sentença que julgar cumprida a concordata?~~



Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Área: Direito do Trabalho

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Leia, com atenção, esta petição: Exmo. Sr. Juiz do Trabalho da _____ Vara de Belo Horizonte MG.

~~_____ RONALDO NAZÁRIO, brasileiro, casado, operador de máquinas, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua dos Jabutis, 57, Bairro das Acácias, CEP 31220-321, inscrito no CPF sob o nº 321.123.456-87, vem respeitosamente, por intermédio de seus procuradores, propor Reclamação Trabalhista em face de CASA LOPEZ LTDA., empresa do ramo da construção pesada, sediada nesta Capital, na Avenida Ventos Uivantes, 1.000, Bairro Boa Vista, CEP. 30.222-009, inscrita no CNPJ sob o nº 02.999.876/0001-2, conforme os fatos e fundamentos a seguir apresentados:~~

Formatado

~~_____ **Admissão e demissão:**~~

- ~~1. O Reclamante foi admitido pela Reclamada em 14 de maio de 1985, não optando pelo regime do FGTS à época, e despedido sem justa causa, em 10 de junho de 2001, ocasião em que não recebeu as verbas rescisórias. Sua CTPS não foi anotada quando da demissão.~~

~~**Do horário de trabalho:**~~

- ~~2. O Reclamante sempre trabalhou de 7 h às 22 h de segunda-feira a sábado, sem intervalo, e nunca recebeu horas extras e reflexos.~~

~~**Do salário:**~~

- ~~3. O salário do Reclamante sempre foi de R\$ 1.200,00, fixos.~~

~~**Dos pagamentos incorretos:**~~

- ~~4. Durante todo o pacto laboral, recebeu férias e 13º salário com base apenas no salário fixo.~~

~~**Das férias:**~~

- ~~5. As férias do Reclamante, de 2000/2001, foram pagas, mas não foram gozadas.~~

~~**Do direito a 4 (quatro) vales transportes:**~~

- ~~6. O Reclamante recebia somente 2 (dois) vales transportes por dia de trabalho. A partir de janeiro de 1995, passou a utilizar 2 (duas) conduções para ir ao trabalho e outras duas para retornar a sua residência, contudo não recebeu a diferença, apesar de ter comunicado a mudança, a seu superior imediato no trabalho.~~

Diante do exposto, requer:



~~1. Seja expedida notificação para a Reclamada comparecer a audiência designada, sob pena de confissão.~~

Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

~~2. Pagamento de:~~

2.1. aviso prévio	R\$ 1.200,00;
2.2. 13º salário proporcional 7/12	R\$ 587,30;
2.3. férias de 2000/2001 + 1/3 (dobrada)	R\$ 2.400,00;
	R\$ 800,00;
2.4. férias proporcionais 2/12 + 1/3	R\$ 400,00;
	R\$ 133,33;
2.5. indenização pelo período anterior à opção do FGTS	R\$ 3.600,00;
2.6. salário retido	R\$ 400,00;
2.7. horas extras calculadas sobre o fixo mais diferença salarial	R\$ 9.400,00;
2.8. reflexos das horas extras	R\$ 6.345,00;
2.9. dobra do art. 467 da CLT	ilíquido;
2.10. multa do art. 477 da CLT	R\$ 1.200,00;
2.11. pagamento de diferença de vale transporte	R\$ 635,00;
2.12. seguro desemprego ou indenização equivalente	ilíquido;
2.13. FGTS — diferença	R\$ 2.532,05;
2.14. FGTS sobre as parcelas rescisórias	R\$ 618,44;
2.15. 50% sobre parcelas do FGTS	R\$ 1.850,00;
2.16. entrega das guias CD/SD sob pena de pagamento substitutivo	ilíquido; e
2.17. entrega da guia TRCT	ilíquido.

~~O Reclamante ainda requer:~~

~~3. Seja expedido comunicado à Previdência Social, à CEF e à DRT, para os devidos fins, e os benefícios da justiça gratuita;~~

~~4. honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa;~~

~~direito a produção de todos os meios de prova admitidos em direito.~~

~~Informa o Reclamante que suas testemunhas comparecerão em juízo independentemente de notificação.~~

~~Dá à causa o valor de R\$ 200.000,00.~~

~~— Belo Horizonte, 19 de julho de 2001.~~

~~P.p. Vítor Hugo de Souza Silva — OAB/MG 4.322~~

~~Endereço para correspondência: Rua dos Afritos, 171.~~

~~Bairro Centro — Belo Horizonte/MG — CEP: 30222-001.~~



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

OBSERVAÇÃO: Documentos que instruem a inicial:

- procuração;
- comprovante de pagamento de salário;
- cópia do aviso prévio;
- cópia da CTPS.

A ação foi distribuída para a 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, com audiência designada para o dia 6 de agosto de 2002, às 9 h 10. Os autos receberam o número 0098-2002-012-003-00-1.

Considere que você foi procurado pela empresa para elaborar a defesa e que esta lhe forneceu a seguinte documentação:

- ficha de registro de empregado, com admissão em 10 de janeiro de 1986;
- cartões de ponto mecânico, em que constam horário normal de 8 h às 18 h, com intervalo entre 12 h e 13 h, de segunda-feira a sexta-feira, todos assinados pelo empregado, além de comprovante de falta (ausência de registro de ponto durante 18 dias no período de maio de 2000 a maio de 2001);
- termo de prorrogação de jornada com compensação semanal;
- comprovante de pagamento de férias;
- cópia do aviso prévio e marcação de dia e hora para que o empregado comparecesse ao Sindicato;
- declaração do Sindicato de que a Empresa compareceu, no prazo legal, para efetuar a rescisão do contrato de trabalho do Empregado, mas este lá não compareceu;
- declaração de residência do Empregado para fins de recebimento de vale-transporte, com pedido de uso de apenas um coletivo para ir e outro para voltar do trabalho;
- procuração;
- notificação para audiência.

REDIJA a defesa da empresa.



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito do Trabalho

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão-01

RESPONDA: Proferida sentença, o sócio, não tendo participado do pólo passivo da ação, pode ser executado, considerando-se que a empresa não possui bens suficientes para pagar o montante devido ao empregado exequente?

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão-02

EXPLIQUE o que é dissídio coletivo de extensão.

FUNDAMENTE sua resposta.

Questão-03

RESPONDA: Quem pode propor inquérito para apuração de falta grave na Justiça do Trabalho?

FUNDAMENTE sua resposta, **apresentando** os requisitos **principais** dessa modalidade de ação especial trabalhista.

Formatado

Questão-04

Considere que o porteiro de um clube social só trabalha em sábados, domingos e feriados e que seu salário é calculado por dia.

RESPONDA: Esse profissional tem direito ao repouso semanal remunerado dos dias feriados e santificados?

EXPLIQUE como se fará o cálculo da remuneração.



~~Em caso negativo, JUSTIFIQUE sua resposta.~~

Ordem dos Advogados do Brasil

Seção Minas Gerais

Comissão de Estágio e Exame de Ordem

~~A lei garante a gratuidade do exercício dos cargos sindicais efetivos, mas excepciona uma hipótese em que o empregado eleito para o cargo de direção sindical pode receber uma gratificação:~~

~~RESPONDA:~~

~~A) Que hipótese é essa?~~

~~B) Qual será o valor da gratificação?~~

~~FUNDAMENTE sua resposta.~~

~~Área: Direito Administrativo~~

~~1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL~~

~~— Os vendedores de jornais e revistas de populosa capital brasileira, com recursos financeiros obtidos mediante empréstimo de instituições bancárias, adquiriram e instalaram bancas de vendas de jornais e revistas em locais públicos, mediante contrato de concessão de uso com o Município. O contrato, além de cláusulas prevendo a obtenção daquele financiamento pelos contratados, estabeleceu o prazo de sua vigência por dois anos, suscetível de prorrogação. Antes do vencimento desse prazo, o Prefeito, ao argumento de congestionamento de pedestres nos locais em que foram instaladas as bancas, determinou a mudança dessas para outros pontos, com menor fluxo de pessoas. A associação de vendedores de Jornais e Revistas, constituída e em funcionamento há mais de um ano, sob a alegação de defesa do direito de seus filiados e, reflexamente, do interesse dos cidadãos, pretende mover a competente ação judicial para garantir a permanência das bancas nos locais de origem.~~

~~ELABORE a peça exordial da ação considerada adequada para o caso, fazendo alusão aos documentos essenciais que devem instruí-la.~~



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

Área: Direito Administrativo

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

~~O Ministério da Agricultura deseja estabelecer vínculo jurídico, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com entidade da iniciativa privada, para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa agrícola.~~

▲

~~A) 1. Se a opção for pelo termo de parceria, que nome se dará à organização parceria nos termos da legislação pertinente?~~

~~2. Se a opção for pelo contrato de gestão, que tipo de organização será contratada nos termos da legislação pertinente?~~

~~B) É adequada a utilização do termo “publicização” e para denominar esses meios de atuação conjugada entre Estado e particular?~~

▲

Formatado

Formatado

Questão 02

~~A Constituição Federal, nos termos da Emenda 20/98, prescreve que os servidores públicos detentores de cargo em comissão, os contratados temporários e empregados públicos da U~~



~~nião, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios devem contribuir para o Regime Geral de Previdência Social, enquanto os efetivos contribuem para o regime especial de previdência.~~

Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem

Formatado

~~RESOLUÇÃO: Essa norma é constitucional, considerando-se a autonomia dos Estados e dos Municípios?~~

~~FUNDAMENTE sua resposta com embasamento teórico-jurídico.~~

Área: Direito Tributário

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

~~— O Contribuinte A, ao adquirir mercadorias da Empresa X, credita-se do ICMS destacado na operação. A Fazenda Estadual, em fiscalização nas Empresas A e X, verificou que esta última não saltou o ICMS. Em consequência, autuou a Empresa A pelo aproveitamento do referido crédito, lavrando o respectivo Auto de Infração.~~

~~ELABORE a competente defesa administrativa.~~



*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção Minas Gerais
Comissão de Estágio e Exame de Ordem*

2ª PARTE: QUESTÃO PRÁTICA

~~Em 10 de maio de 1989, a RRR Brasil Ltda. vendeu material esportivo, acobertando a operação mediante nota fiscal falsa e não recolheu o ICMS devido.~~

~~Em 15 de dezembro de 1994, a empresa foi autuada em função daquela irregularidade. Inconformada com o fato de que os Fiscais não tinham seu representante legal da contagem dos estoques, não concedendo o prazo legal de 72 horas para a apresentação dos documentos fiscais e contábeis, a RRR Brasil Ltda. ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cuja decisão transitou em julgado no dia 15 de maio de 1999, tendo o Juízo decidido pelo cancelamento da autuação em razão dos mencionados vícios formais.~~

~~Em 10 de janeiro de 2000, a alíquota do ICMS foi alterada por~~

Formatado